

Expectativas do Mercado

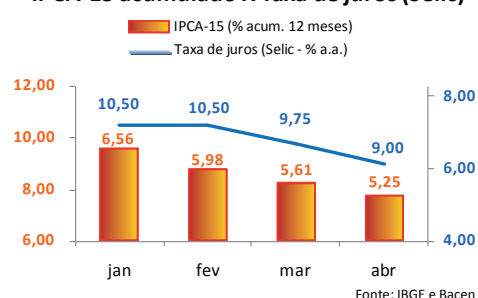
Nos Estados Unidos, em abril, foi divulgada uma série de indicadores que mostra a perda de força do processo de recuperação da economia. Apesar de o número de pedidos semanais de auxílios desemprego estar próximo aos menores patamares dos últimos quatro anos, o Departamento de Comércio norte-americano divulgou que o nível de encomendas à indústria atingiu (em março) o nível mais baixo dos últimos cinco meses. Adicionalmente, as reservas de petróleo apresentaram ligeira alta e as novas contratações do setor privado ficaram abaixo do esperado (em abril), o que denota perda de fôlego do crescimento. O PIB do primeiro trimestre cresceu 2,2% (contra 3% no trimestre anterior).

Na Região do Euro, os sinais de desaceleração predominaram. Reino Unido e Espanha voltaram a entrar tecnicamente em recessão (com dois trimestres seguidos de contração do PIB). E a Alemanha apresentou sinais de desaceleração, com elevação do número de desempregados para 2,875 milhões, em abril, contra uma expectativa inicial de redução desse número e contração do indicador antecedente (PMI) que capta as expectativas de vendas das empresas de maior porte.

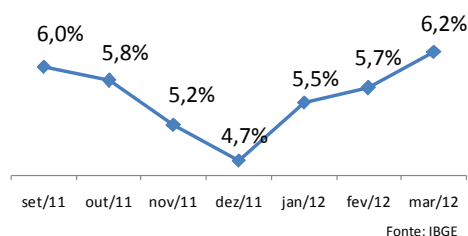
No Brasil, a inflação medida pelo IPCA-15 registrou nova desaceleração em abril, com a taxa acumulada de 12 meses caindo para 5,25% a.a. A taxa de juros Selic foi reduzida para 9,0% ao ano. A taxa de desocupação nas principais regiões metropolitanas do País chegou a 6,2%, em março. Apesar do aumento em relação ao mês anterior, foi a menor taxa dos últimos 11 anos em um mês de março.

A mediana das expectativas de mercado com relação à variação do PIB brasileiro foi ajustada para 3,22% em 2012. A expectativa do mercado para a inflação, medida pelo IPCA, deve ficar acima da meta anual de 4,5%, pelo menos, até 2016. Por sua vez, a expectativa para a taxa básica de juros (Selic) é de manutenção da taxa atual (9% a.a.) em 2012 e ajustes nos anos seguintes, com elevação em 2013 e reduções em 2014 e 2015.

IPCA-15 acumulado X Taxa de juros (Selic)



Taxa de Desocupação (em %) Regiões Metropolitanas



Quadro – Expectativas do Mercado

	Unidade de medida	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	% a.a. no ano	3,22	4,30	4,40	4,42	4,15
IPCA	% a.a. no ano	5,12	5,53	5,00	5,00	4,80
Taxa Selic	% a.a. em dez.	9,00	10,00	9,75	9,00	9,00
Taxa de câmbio	R\$/US\$ em dez.	1,80	1,80	1,85	1,87	1,90

Fonte: Banco Central, Boletim Focus, consulta em 02/05/2012

Esta publicação integra o rol de trabalhos elaborados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) da Unidade de Gestão Estratégica (UGE) do Sebrae NA e tem por objetivo contribuir com o planejamento e ações estratégicas do Sistema Sebrae. Neste número, inicialmente, é apresentado o desempenho recente da economia brasileira e as expectativas do mercado para os próximos anos. Na sequência, é exposta uma análise do desempenho recente de setores em que é forte a presença de micro e pequenas empresas (indústrias da construção, têxtil e vestuário, calçados, móveis e Comércio Varejista). Em seguida, o artigo Lei Geral das MPE – Um Divisor de Águas faz uma abordagem da mencionada Lei e suas implicações nas micro e pequenas empresas. Finalmente, na última seção, são apresentados os dados mais recentes sobre as MPE na economia brasileira.

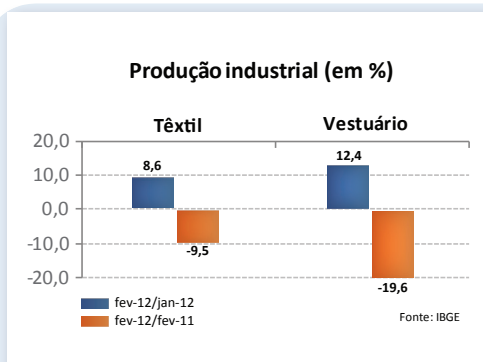
Notícias Setoriais

CONSTRUÇÃO

Em abril, o nível de atividade e o número de empregados da Construção Civil ficaram praticamente estáveis em relação a março (50,2 e 40,9 pontos, respectivamente). Entretanto, a atividade em abril ficou abaixo do usual (48,3 pontos). Isso significa que esse segmento está desaquecido. Se estivesse acima de 50 pontos, estaria aquecido. O segmento de construção de edifícios foi o que registrou aumento de empregados, já no de infraestrutura esse indicador manteve-se estável em relação a março. Espera-se que os investimentos do PAC e, em particular, do programa “Minha Casa, Minha Vida”, bem como as obras relacionadas às Olimpíadas proporcionem impulso maior às atividades deste setor nos próximos meses. .

Fonte: CNI

TÊXTIL E VESTUÁRIO



A produção física da indústria Têxtil elevou-se em 8,6% em fevereiro deste ano sobre o mês anterior. Mas, em relação ao mesmo mês do ano passado, mostrou queda de 9,5%. A produção de Vestuário, por sua vez, cresceu 12,4% em fev/12 sobre jan/12, mas no comparativo com fev/11, houve retração de 19,6%. No geral, percebe-se que este setor vem se recuperando, embora as empresas continuem a enfrentar forte concorrência com os produtos importados, principalmente chineses. Entretanto, com a implementação do Plano Brasil Maior e das recentes medidas de Estímulo ao Investimento e Defesa do Mercado Interno, a perspectiva é de continuidade de aumento da produção e das vendas internas.

Fonte: IBGE

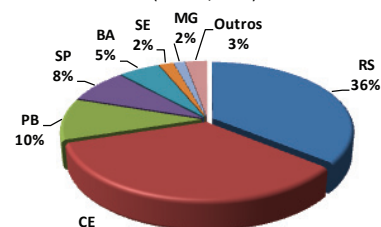
CALÇADOS

A produção brasileira de calçados registrou alta de 17,6% em fevereiro de 2012 ante o mês anterior e de 0,61% sobre o mesmo mês de 2011, sinalizando recuperação. A balança comercial de calçados fechou o 1.º trimestre de 2012 com superávit de US\$ 158 milhões, mas o valor médio exportado foi menor que o importado (US\$ 9,04 contra US\$ 13,16). O Rio Grande do Sul foi o estado que mais exportou (em valor), detendo 35,8% de participação sobre o total, seguido do estado do Ceará, com 34,3% de participação. As recentes medidas anunciadas pelo governo e o novo patamar da taxa de câmbio tendem a beneficiar as empresas do setor.

Fontes: IBGE e Abicalçados

Estados na exportação de calçados

(1º trim/2012)

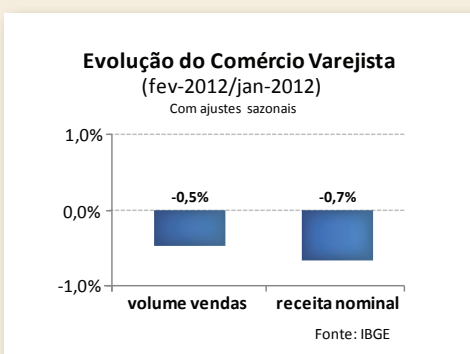


MÓVEIS

Segundo a Pesquisa Industrial mensal do IBGE, a produção do setor mobiliário caiu 0,6% em fevereiro deste ano em relação ao mês anterior. No comparativo de mar/12 sobre mar/11, as exportações também apresentaram queda (de 5,85%), demonstrando que a indústria continua em dificuldades. Entretanto, com a recente inclusão do setor no Plano Brasil Maior, que passará a pagar imposto de 1% sobre o faturamento em vez de recolher a contribuição patronal do INSS, de 20% sobre a folha de pagamento, a situação tende a melhorar para as empresas que atuam neste setor.

Fontes: IBGE e MDIC

COMÉRCIO VAREJISTA



Em fevereiro deste ano, o Comércio Varejista registrou variação negativa de 0,5% no volume de vendas, interrompendo sequência de três meses de taxas positivas, e de 0,7% na receita nominal, ambos em relação ao mês anterior, com ajustes sazonais. Quanto à receita nominal, é o primeiro resultado negativo desde março de 2010. Destacaram-se com variação positiva Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (+3,1%), Combustíveis e lubrificantes (+1,9%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+1,6%). Já as maiores variações negativas foram observadas em Tecidos, vestuários e calçados (-3,6%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,7%). Espera-se que neste ano as vendas do Comércio Varejista cresçam menos em relação a 2011, devido à perspectiva de aumento menor da massa salarial.

Fonte: IBGE

Artigo do Mês

Marcello Maia¹

Lei Geral das MPE: um divisor de águas

Considerando que a Constituição Federal de 1988 elege a livre iniciativa como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (CF/88, art.1.º, IV), o texto constitucional não poderia deixar de prever, também, a necessidade de um tratamento simplificado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. É por essa razão que a CF/88 prevê, no art. 170, IX, e no art. 179, a necessidade de se dar tratamento favorecido a esse grupo de empresas, “visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”. Apesar de os artigos citados estarem no texto constitucional desde 1988 e terem sofrido alteração em sua redação em 1993, com o propósito de ampliar-lhe o alcance, somente no final de 2006, mais de 18 anos depois de promulgada a Constituição, editou-se a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/2006) aqui comentada.

O Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, completou seis anos de existência. Nesse período, sofreu alterações, introduzidas pelas Leis Complementares 127/2007, 128/2008 e 77/2011. Ele representa um conjunto de benefícios para as MPE, divididos basicamente no apoio ao desenvolvimento empresarial e na redução do ônus tributário. Em relação ao desenvolvimento empresarial, a LC 123/2006 simplifica os registros empresariais e as relações trabalhistas, além de estimular o acesso ao mercado, o associativismo, a inovação, o crédito e a capitalização e facilitar o acesso à justiça. O tratamento tributário consiste em recolhimento unificado de tributos federais e das esferas estadual e municipal, denominado SIMPLES NACIONAL. Como regra, o SIMPLES NACIONAL unificou para os optantes deste sistema o IRPJ, a CSLL, o IPI o PIS, a COFINS, o INSS Patronal, o ICMS e o ISS.

No dia 11 de novembro de 2011, foi publicada a Lei 139/2011, que reajusta os valores de faturamento para adesão ao Simples Nacional, altera dispositivos da Lei Complementar 123/2006 e dá outras providências. O texto aprovado aumentou de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil o limite de faturamento do Empreendedor Individual e ajusta em 50% as faixas de tributação das empresas do Simples Nacional, incluindo o teto máximo, que passa de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões para as pequenas empresas, e de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil, no caso das microempresas. Além disso, o projeto criou o parcelamento automático de débitos tributários de empresas do Simples Nacional. Essa Lei, após passar pelo Senado, foi sancionada pela presidente da República no dia 5 de outubro de 2011, quando se comemora o dia da micro e da pequena empresa. Os novos valores passaram a valer a partir de 1.º de janeiro de 2012.

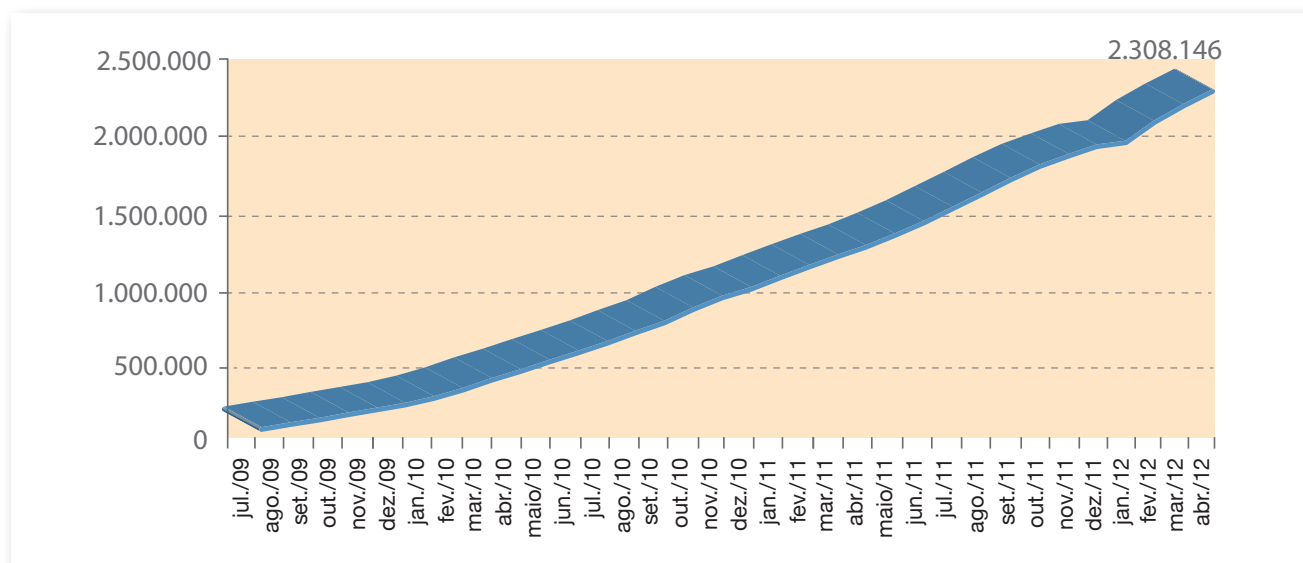
A pedagogia da Lei Geral ensina a seus atores e operadores como é complexa a tarefa de simplificar a vida do pequeno empreendedor em um País com dezenas de milhares de leis em vigor, tantos impostos e órgãos públicos empenhados em produzir os próprios estatutos e conjuntos de regras. Assim, entendemos que a aprovação da Lei Geral em 2006 teve um papel fundamental para o aprimoramento do processo empresarial e uma maior dinâmica entre Estado e empresa. Com a Lei Geral, instalou-se um novo marco regulatório para as micro e pequenas empresas, propiciando um ambiente de negócios bem mais saudável para o setor.

Apesar dos esforços no processo de criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios, no Brasil, a Lei Geral das MPE pode ser considerada como um grande divisor de águas. Ainda há muito a fazer na sua implantação, porém já são evidentes os avanços obtidos até agora. Dessa forma, é possível afirmar que a história do apoio aos pequenos negócios no Brasil pode ser dividida em duas fases: “antes” e “depois” da Lei Geral das MPE.

¹ Contabilista da UGE, pós-graduado em Contabilidade e estudante do 9.º semestre de Direito IESB/DF.

Estatísticas sobre as MPE

Número acumulado de EI formalizados até 30 de abril de 2012



Dados básicos sobre Micro e Pequenas Empresas (MPE) no Brasil

Participação das MPE na economia (em %)	Ano do dado	Brasil	Fonte
No PIB (%)	1985	20%	Sebrae NA
No faturamento das empresas (%)	1994	28%	Sebrae NA
No número de empresas exportadoras (%)	2010	61%	Funcex
No valor das exportações brasileiras (%)	2010	1%	Funcex
Na massa de salários das empresas (%)	2010	40%	RAIS
No total de empregados com carteira das empresas (%)	2010	52%	RAIS
No total de pessoas ocupadas em atividades privadas (%) ¹	1999	67%	Sebrae SP
No total de empresas privadas existentes no País (%)	2010	99%	RAIS

Nota: (1) Pessoas Ocupadas = (Empregador + Conta-Própria + Empregado com carteira + Empregado sem carteira), apenas para o estado de São Paulo.

Informações sobre MPE	Ano do dado	Brasil	Fonte
Quantitativo de MPE			
Número de Micro e Pequenas Empresas registradas na RAIS	2010	6.120.927	RAIS
Número de optantes do Simples Nacional (em 30/04/2012)	2012	6.343.557	SRF
Número de empreendedores individuais (em 30/04/2012)	2012	2.308.146	MDIC
Número de estabelecimentos agropecuários (MPE)	2006	4.367.902	IBGE
Mercado de trabalho			
Número de empregadores no Brasil	2009	3.991.512	IBGE
Número de conta-própria no Brasil	2009	18.978.498	IBGE
Número de empregados c/ carteira assinada em MPE	2010	14.710.631	RAIS
Rendimento médio mensal dos empregadores no Brasil (em SM)	2009	6,7 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos conta-própria no Brasil (em SM)	2009	1,8 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira no Brasil (em SM)	2009	2,1 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira nas MPE (em R\$)	2010	R\$ 1.099	RAIS
Massa de salários paga por MPE (em R\$ bilhões)	2010	R\$ 16,1	RAIS
Comércio exterior			
Número de MPE exportadoras	2010	11.858	Funcex
Valor total das exportações de MPE (US\$ bilhões FOB)	2010	US\$ 2,0 bi	Funcex
Valor médio exportado por MPE (US\$ mil FOB)	2010	US\$ 170,9 mil	Funcex

Fonte: Elaboração UGE/Sebrae NA (atualizado em 02/05/2012).